



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



PROF. DOVAL TOMAZ DE BRITO

**FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ: da construção à transformação em ícone
da ampalidade**

Macapá
2021

PROF. DOVAL TOMAZ DE BRITO

**FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ: da construção à transformação em ícone
da ampalidade**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: Ensino de História.
Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória.

Orientador: Prof. Dr. Sidney da Silva Lobato

Macapá
2021

PROF. DOVAL TOMAZ DE BRITO

**FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ: da construção à transformação em
ícone da ampalidade**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Macapá-AP, 23 de junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sidney da Silva Lobato
Orientador – UNIFAP

Prof. Dr. Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior
Examinador – UNIFAP

Prof. Dr. Maria de Simone Ferreira
Examinadora – Museu Histórico Nacional (RJ)

Dedico este trabalho ao meu pai Álvaro Tomaz e a minha mãe (In memoriam) Vitória Tomaz, por sempre me incentivarem aos estudos e, por eles, criar amor pela Educação e pelo Ensino de História.

AGRADECIMENTOS

Gradeço a Deus por me conceder essa grande oportunidade de dar continuidade na minha formação acadêmica, e por me agraciar com a colaboração de diversas pessoas no desenvolvimento deste Trabalho de Conclusão de Mestrado, dentre as quais agradeço:

Ao Prof. Dr. Sidney Lobato, por toda sabedoria e generosidade na orientação da pesquisa e elaboração do produto final deste TCM, bem como a todos os professores do Profhistória da Universidade Federal do Amapá pelas indispensáveis contribuições através das disciplinas ministradas.

Aos colegas mestrandos da Turma 2019, e aos das demais turmas, pelas valorosas experiências compartilhadas ao longo o curso.

A Fabi Lima por seu amoroso e constante incentivo em cada momento de dificuldade, por cada sorriso perante aquilo que consideramos como acertos, por cada minuto de escuta, por cada releitura e ajustes na redação, e todas as demais formas de contribuição na concretização desse projeto.

Ao meu filho Matheus e a todos os meus familiares, por toda força e energias positivas ao longo dessa jornada.

Aos tantos profissionais da Educação, sobretudo os colegas da Escola Barão do Rio Branco, pelo incentivo na produção deste trabalho.

A todos os que, desde minha provação na seleção, contribuem de diversas formas e torcem pelo meu sucesso nesta formação e pelo crescimento profissional.

“Quando falamos de história, temos o costume de nos refugiar no passado. É nele que se pensa encontrar o seu começo e o seu fim. Na realidade, é o inverso: a história começa hoje e continua amanhã.”

(D. N. Marinotis)

RESUMO

A pesquisa centraliza-se na Fortaleza de São José de Macapá abordando sua dimensão de patrimônio histórico, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e, por conseguinte, sua representatividade entre os diversos seguimentos sociais do estado do Amapá, bem como as potencialidades de usos desse monumento como recurso de ensino da história local. Os objetivos incluem a análise e compreensão da importância da fortificação no contexto colonial, e sua ressignificação a partir da criação do Território Federal do Amapá. Incluem ainda a identificação dos laços históricos e socioculturais entre a Fortaleza e os grupos étnicos amapaenses. O trabalho se desenvolve a partir do estudo de fontes documentais escritas correlatas à patrimonialização, buscando perceber os fundamentos históricos que sustentaram o tombamento da Fortaleza, no sentido de se identificar a presença, neste argumento oficial, dos agentes históricos de sua construção; também se realiza com base na análise de ações institucionais que aproximam o patrimônio com a sociedade e com o ensino escolar, comparando os significados individuais e de grupos resultantes dos variados usos socioculturais que, por sua vez, geram diversas relações identitárias. Os resultados apontam para uma presença cada vez maior da Fortaleza, enquanto patrimônio histórico, na memória e no cotidiano da sociedade amapaense, levando à uma institucionalização de seu nome e de sua imagem, usados em diversas formas, indo desde a simbologia oficial do poder público, passando pelas atividades econômicas, até aos aspectos culturais indígenas e negros, fazendo da Fortaleza de São José de Macapá um ícone da ampalidade.

Palavras-chave: Ensino de História. Patrimônio Histórico. Fortaleza de São José de Macapá. Amapalidade.

RÉSUMÉ

La recherche se concentre sur la Forteresse de São José de Macapá en abordant sa dimension de patrimoine historique, classée par l'Institut national du patrimoine historique et artistique (IPHAN), et, par conséquent, sa représentativité parmi les différents segments sociaux de l'État d'Amapá, ainsi que les utilisations potentielles de ce monument comme ressource d'enseignement de l'histoire locale. Les objectifs comprennent l'analyse et la compréhension de l'importance de la fortification dans le contexte colonial et sa démission de la création du territoire fédéral d'Amapá. Ils comprennent également l'identification des liens historiques et socioculturels entre la Forteresse et les groupes ethniques d'Amapá. Le travail est développé à partir de l'étude de sources documentaires écrites liées à la patrimonialisation, cherchant à comprendre les fondements historiques qui ont soutenu le renversement de la Forteresse, afin d'identifier la présence, dans cet argument officiel, des agents historiques de sa construction; elle est également réalisée à partir de l'analyse des actions institutionnelles qui rapprochent le patrimoine de la société et de l'enseignement scolaire, en comparant les significations des individus et des groupes résultant des usages socioculturels variés qui, à leur tour, génèrent plusieurs relations identitaires. Les résultats indiquent une présence croissante de la Forteresse, en tant que patrimoine historique, dans la mémoire et la vie quotidienne de la société amapéenne, conduisant à une institutionnalisation de son nom et de son image, utilisés de diverses manières, allant du symbolisme officiel de la puissance publique, en passant à travers les activités économiques, aux aspects culturels indigènes et noirs, faisant de la Forteresse de São José de Macapá une icône d'amopalité.

Mots-clés: Enseignement de l'histoire. Héritage historique. Forteresse de São José de Macapá. Amapalité.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| BNCC | Bases Nacionais Comuns Curriculares |
| FUMCULT | Fundação Municipal de Cultura de Macapá |
| IHGB | Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro |
| PNLD | Programa Nacional do Livro e do Material Didático |
| SECULT | Secretaria de Estado de Cultura |
| TAS | Teoria da Aprendizagem Significativa |
| TCM | Trabalho de Conclusão de Mestrado |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| CNRC | Centro Nacional de Referência Cultural |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| PNPI | Programa Nacional de Patrimônio Imaterial |
| SPHAN | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| I A PATRIMONIALIZAÇÃO DOS BENS HISTÓRICOS E CULTURAIS | 11 |
| 1.1 Herança histórico-cultural: as concepções e classificação dos patrimônios..... | 11 |
| 1.2 A transformação de bens em patrimônios: tombamento e registro | 14 |
| II OS PATRIMÔNIOS COMO INSTRUMENTOS DE CONEXÃO DO SUJEITO SOCIAL À SUA HISTÓRIA E À SUA COLETIVIDADE | 18 |
| 2.1 Os patrimônios como locais de memórias e formadores de identidades..... | 18 |
| 2.2 Ensino de História Local por meio do uso de patrimônios..... | 21 |
| 2.3 Educação para o patrimônio: diversidade e protagonismo histórico social..... | 23 |
| III FORTALEZA DE SÃO JOSÉ: elo entre história, memórias e identidades amaipaenses..... | 26 |
| 3.1 A Fortaleza de São José como recurso de ensino e aprendizagem..... | 26 |
| 3.2 Estruturação e uso didático do produto | 28 |
| REFERÊNCIAS | 31 |

I A PATRIMONIALIZAÇÃO DOS BENS HISTÓRICOS E CULTURAIS

A historicidade dos patrimônios implica, entre outras coisas, num longo processo de redimensionamento conceitual, vindo da concepção mais antiga que expressa o sentido de transmissão de bens de família, até a mais contemporânea de bens repassados para as gerações futuras como símbolo de memória e identidade individual e coletiva, mostrando assim que o conceito de patrimônio é uma construção social que se adequa às demandas de cada contexto histórico.

Na atualidade, prevalece o sentido de bem representativo da memória coletiva de um povo, construído a partir de acontecimentos comuns à história desse mesmo povo. Entretanto, essa é uma visão universalista e homogênea da história e dos patrimônios, uma vez que esses então assumem o caráter de representantes de uma totalidade social, não permitindo o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural e da contribuição das camadas populares e grupos étnicos na construção da nação.

No Brasil, a partir da década de 1980, os debates em torno dos significados dos patrimônios se pautaram mais na questão da diversidade, dando início a uma “patrimonialização das diferenças”, buscando a preservação das singularidades locais. Nesse contexto, a denominada “Constituição Cidadã”, de 1988, fortaleceu o direito à memória como fundamento de cidadania.

Dessa forma, é necessário compreender bem o que são os patrimônios, sua importância e como deve ser a relação do poder público e da sociedade para com esses bens, para que sejam reconhecidos, protegidos e usados como instrumentos de compreensão histórica. Analisar as abordagens historiográficas e a historicidade dos patrimônios possibilita perceber até que ponto a patrimonialização, realizada por instituições ligadas à história e cultural, contempla os interesses e as especificidades locais na seleção de lugares de memória.

1.1 Herança histórico-cultural: as concepções e classificação dos patrimônios

Segundo Mendes¹, a origem do termo patrimônio está no latim *patrimonium*, derivado de *pater* (pai), e era uma palavra usada para especificar o conjunto de bens pertencentes ao *paterfamilias* e deixados para seus descendentes como herança. Por sua vez, é na ideia de herança, significando continuidade, como tradição (do latim *traditio*, ou seja, a ação de repassar, entregar algo nas mãos de alguém), que se pode encontrar embasamento para a compreensão do sentido de patrimônio cultural.

¹ MENDES, António Rosa. **O que é património cultural**. Olhão: Gente Singular, 2012.

Essa transposição de ideia de propriedade pessoal/familiar para propriedade coletiva/social começou a ser definida no contexto da Revolução Francesa, no século XVIII, a partir da nacionalização de bens privados estabelecida pela Constituinte de 1789. Choay² ressalta que, naquele momento, a prática do tombamento se traduzia no controle estatal dos bens apropriados da aristocracia e do clero.

Entretanto, a concepção de patrimônio histórico nacional e a definição do conjunto de seus bens só se firmou de fato no século XIX, na França e na Inglaterra, como um amplo processo de urbanização e modernização que resultou no desaparecimento de inúmeras construções, impondo a necessidade de conservação tanto daquilo que restara das “cidades antigas” quanto do que estava emergindo nas “novas cidades”. O termo patrimônio, já usado para designar os monumentos históricos, passou a ser usado também em referência a todos os bens móveis e imóveis vistos como tendo grande valor estético e histórico.

Abreu³ destaca que o campo do patrimonial tem um longo itinerário, distinguindo três momentos no processo de patrimonialização: a criação de agências internacionais e nacionais, a formação de agentes e a definição de políticas públicas. No Brasil, o processo também pode ser compreendido observando-se algumas etapas, iniciando mais efetivamente com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, posteriormente denominado de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), visando a reconstrução de um passado nacional através da política de tombamento de patrimônios em “pedra e cal”, ou seja, a preservação de igrejas, fortificações⁴, chafarizes e conjuntos urbanos relacionados a escolas artísticas específicas e a determinadas classes e grupos sociais. Entretanto, esse ato administrativo realizado pelo Estado não contemplou as manifestações e expressões de natureza imaterial, bem como impôs invisibilidade às memórias de grupos étnicos e das minorias socioeconômicas.

A partir da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), não obstante toda a repressão cultural, começou a haver o entendimento de que a concepção de patrimônio não deveria ficar restrita aos grandes monumentos. Esse novo olhar se fundamentou no conceito de “bem cultural” engendrado na política patrimonial com a criação, em 1975, do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), atrelado à concepção antropológica de cultura e que trouxe para

² CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.

³ ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cécile & DODEBEI, Vera. **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015, p. 67-93.

⁴ Foi dentro desse contexto que o Amapá foi inserido na política patrimonial com o tombamento da Fortaleza de São de José de Macapá, em 22 de março de 1950 (pelo SPHAN), sendo este, até o presente momento, o único bem tombado pelo IPHAN na capital amapaense.

o campo do patrimônio a perspectiva de inclusão das manifestações culturais de negros, indígenas, imigrantes e classes populares em geral.

Essa inclusão patrimonial se efetivou, ao menos no âmbito da legislação, com a redemocratização política do país e a promulgação da Constituição de 1988, estabelecendo em seu texto os patrimônios como sendo “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à nação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”⁵. Essa possibilidade de patrimonialização das diferenças, isto é, a defesa da diversidade cultural dos distintos grupos que compõem a sociedade brasileira foi ampliada, no ano 2000, com a criação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e a instituição do Registro, instrumento de proteção dos bens de natureza imaterial.

Trazendo essa abordagem para a experiência amapaense, cabe destacar que, apesar do tombamento da Fortaleza de São José de Macapá na década de 1950, somente a partir dos anos 1990 é que aí teve início uma política cultural voltada para a preservação patrimonial com a criação de espaços de memória, instituições gestoras, como a Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), em 2007 e, em nível municipal, a Fundação Municipal de Cultura de Macapá (FUMCULT), em 2011, com seus respectivos conselhos patrimoniais, e leis específicas para esse fim, destacando-se a Lei 0886 de 25 de abril de 2005, que instituiu normas para o tombamento de bens pelo estado do Amapá e a Lei 1831/2001 que estabelece as normas para preservação de bens pelo município de Macapá.

Esse processo de mudanças, em âmbito geral, trouxe para o atual debate os chamados “novos patrimônios”, aqueles que emergem na sociedade, os excluídos do conjunto de bens tradicionalmente patrimonializados nas esferas governamentais, deslocando do Estado para a sociedade a responsabilidade de atribuição de valor cultural para os patrimônios. O valor cultural é composto por componentes cognitivos (o patrimônio como um documento, ao possibilitar uma fruição intelectual e técnica), formais ou estéticos (apreço sensorial), afetivos (relacionado à memória), pragmáticos (relacionado ao uso e a qualidade do bem) e éticos (relacionado a interações sociais nas quais o bem é apropriado).

A definição do que são patrimônios e a consequente patrimonialização de bens, na visão de Reis⁶ “é elaborada nas interações sociais que exibem categorias de tempo e espaço, como memória, história, identidade, passado, cultura, cidade, em nome de uma determinada

⁵ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ed. do Senado, 1988.

⁶ REIS, Daniel. **Cidade (i)material**: museografias do patrimônio cultural no espaço urbano. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2015, p. 16.

coletividade na urbe”. Patrimônio é, portanto, tudo aquilo que permite às pessoas conhecerem a si próprias e a tomarem consciência de seu lugar na realidade histórica. É o conjunto das marcas, dos testemunhos de sua existência, que faz de um povo ser o que é e serve de fonte e objeto de conhecimento histórico.

Seguindo o que preconiza a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o IPHAN classifica os patrimônios em dois grupos: materiais e imateriais. Porém, não se pode perder de vista que ambos estão intimamente relacionados, pois a imaterialidade da cultura se processa no espaço concreto.

Os patrimônios materiais, também denominados tangíveis, com representatividade da memória e das identidades dos diversos grupos sociais do país, são protegidos pelo IPHAN, de acordo com o que estabelece o conjunto de leis específicas. Essa legislação agrupa os patrimônios segundo sua natureza, estabelecendo quatro conjuntos de bens culturais classificados em livros de tombos específicos:

- Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;
- Livro do Tombo Histórico;
- Livro do Tombo das Belas Artes;
- Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Os bens imateriais, também chamados de intangíveis, são as formas de expressão da identidade sociocultural de indivíduos e grupos, carregando o caráter dinâmico e processual da vida social manifestando-se em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Os patrimônios imateriais também são agrupados pelo IPHAN em quatro livros de registro:

- Livro de Registro dos Saberes;
- Livro de Registro das Celebrações;
- Livro de Registro das Formas de Expressão;
- Livro de Registro dos Lugares.

1.2 A transformação de bens em patrimônios: tombamento e registro

A patrimonialização é um processo que envolve escolhas e atribuição de valores a elementos culturais que serão elevados à categoria de representantes de uma história e de uma identidade. Podem surgir espontaneamente por dentro dos grupos sociais ou por intervenção

do poder público, ou ainda por influência de outros interesses. Dessa forma, para Gomes⁷, “a patrimonialização consiste no processo no qual um coletivo atribui o status de patrimônio a um objeto, seja ele material ou imaterial, como elemento de herança que deve ser preservado e transmitido”.

Observando a historicidade dos patrimônios da humanidade é fácil perceber e compreender que inúmeros bens persistem mesmo sem a existência de legislações anteriores específicas para sua proteção, porque as sociedades permitiram sua permanência, uma vez que a ideia e a prática de patrimonialização remonta à Revolução Francesa, com o intuito de proteção e manutenção de prédios e construções perante as ameaças de vandalismo e saques.

Lima⁸ comprehende que o processo de patrimonialização

Configurou-se como ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da Preservação. Conservação a ser praticada por instância tutelar, portanto, dotada de responsabilidade (competência) para custodiar os bens. E conservar, conceito que sustenta o Patrimônio, consiste em proteger o bem de qualquer efeito danoso, natural ou intencional, com intuito não só de mantê-lo no presente, como de permitir sua existência no futuro, ou seja, preservar.

A durabilidade de um bem, seja ele material ou imaterial, está diretamente relacionada à valoração cultural a ele atribuída e a patrimonialização se configura como um mecanismo de proteção, embora o início desse processo tenha um caráter puramente elitista pois até a consolidação da noção de patrimônio histórico e cultural, de acordo com Figueira e Miranda⁹, “registraram-se usos do termo monumento como referência a bens móveis e imóveis ligados à memória de uma civilização e aos feitos de personalidades expressivas para o seguimento detentor do poder”.

A cultura não é estática nem permanente. Ela se caracteriza por seu dinamismo, pela constante fusão e adaptação de conhecimentos e costumes acumulados nas experiências de vida de cada lugar. Entretanto, é preciso compreender que o patrimônio cultural tende a ser um bem permanente e que, se apenas os bens de grupos específicos forem preservados como expressão de memória e identidade histórica e social, haverá a perpetuação da hegemonia dos

⁷ GOMES, Leandro Eustáquio. (Des)Caminhos da patrimonialização: da cultura ao patrimônio. **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 471-484, jul./dez. 2019, p. 472.

⁸ LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambientes de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012, p. 34.

⁹ FIGUEIRA, Cristina Reis & MIRANDA, Lílian Lisboa. **Educação patrimonial no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental**: conceitos e práticas. São Paulo: Edições SM, 2012, p. 15.

grupos ordenadores da vida em sociedade e da invisibilidade dos marcadores culturais de grupos subalternos.

A política de salvaguarda patrimonial brasileira, que se iniciou com base no discurso nacionalista da Era Vargas, somente consolidou o direito de participação de diferentes grupos e a valorização da cultura popular com Constituição Federal de 1988. Ao longo desse percurso o tombamento e o registro tornaram-se os instrumentos de proteção dos bens históricos e culturais.

Outro aspecto a ser considerado na patrimonialização é que o campo do patrimônio é marcado por conflitos onde se vê o embate entre o que proteger: um patrimônio considerado nacional ou um patrimônio caracterizado como simbólico e identitário; um patrimônio herdado ou um patrimônio reivindicado; um patrimônio material x um patrimônio imaterial; um patrimônio ligado ao Estado ou um patrimônio social, étnico ou comunitário.

Embora tenha havido alguma preocupação com as construções no Período Monárquico, não é possível afirmar que naquele contexto histórico existisse uma política voltada para a proteção patrimonial. Entretanto, o campo do patrimônio já se mostrava conflitante, pois as construções do Período Colonial não simbolizavam o caráter “moderno e civilizatório” aspirado pelas classes dirigentes do Brasil Imperial. Dessa forma, a constituição de uma identidade imperial acabou sendo muito mais influenciada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que, segundo Guimarães (1988, p. 8) *apud* Venegas Marcelo¹⁰, teve sua atuação marcada por um duplo projeto:

Dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo, numa tradição de civilização e progresso, ideias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo.

Nesse cenário, portanto, os patrimônios ficaram em segundo plano, sendo os documentos históricos escritos as principais referências para a construção da nação brasileira, nascida em 1822.

A política patrimonial, como expressão de preocupação com a preservação dos patrimônios culturais, nasceu mesmo no Período Republicano e, como não poderia ser diferente, já sofrendo as lutas em torno da questão “patrimônio para quem?”. O marco inicial desse processo foi a elaboração do anteprojeto para criação do Serviço Histórico e Artístico

¹⁰ VENEGAS MARCELO, H. (2013). A noção de patrimônio no Brasil Império. *PASOS Revista De Turismo Y Patrimônio Cultural*, 11(1), 135-146, p. 138.

Nacional, por Mário de Andrade, a convite do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1936.

Santos¹¹ enfatiza que a concepção de Mário de Andrade sobre o patrimônio artístico nacional englobava “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil”. Essa referência à cultura popular revela certo distanciamento de Mário de Andrade dos modelos tradicionais de compreensão dos patrimônios, focados nos monumentos. O que ele desejava era implementar um conjunto híbrido de elementos representativos da memória e da identidade nacional. Evidentemente aquilo que no anteprojeto era caracterizado como “popular”, também tido como folclórico, foi excluído no decreto que criou o SPHAN.

Ao longo do tempo a questão patrimonial vem experimentando mudanças e adequações implementadas por um conjunto de instituições, legislações e práticas objetivando reconhecimento e proteção de bens históricos e culturais, incluindo o desenvolvimento da chamada “alfabetização cultural”, implementada através de metodologias e projetos de Educação Patrimonial, lideradas pelo IPHAN, a nível nacional. Buscando formas de se inserir nessa seara de proteção patrimonial, o estado do Amapá também criou suas legislações e instituições específicas. O mesmo ocorreu em escala municipal, por iniciativa de algumas prefeituras, como a da capital, Macapá.

A legislação local é elaborada em consonância com a nacional e estabelece a competência e a prerrogativa do Estado e do Município na definição do conjunto de bens e na sua proteção, o processo de tombamento e de registro, com organização própria dos livros classificatórios, em comparação com os definidos pelo IPHAN¹², no qual os conselhos de proteção patrimonial tem papel preponderante por serem compostos por personalidades de diversas instituições e seguimentos afins.

¹¹ SANTOS, Cecília Rodrigues dos. O patrimônio de Mário de Andrade: tirando o pedregulho da botina para não manquejar. *Rev. CPC*, v.13, n.25 especial, p.11–47, jan./set. 2018.

¹² A Lei n. 0886 de 25 de abril de 2005, estabelece as normas para o tombamento de patrimônios matérias em nível estadual, em cinco livros de Tombo, sendo esses: (1) Bens Móveis de valor arqueológico, etnográfico, histórico, artístico ou folclórico; (2) Edifícios e monumentos isolados; (3) Conjuntos urbanos e sítios históricos; (4) Monumentos, sítios e paisagens naturais; e (5) Cidades, vilas e povoados. Por sua vez, a Lei n. 1.402, de 10 de novembro de 2009, que estabelece as regras para registro de bens imateriais, segue o mesmo padrão de livros do Iphan. Quanto ao âmbito municipal, a Lei n. 1.831/20010 da Prefeitura Municipal de Macapá (PMM), que entalece a política de preservação patrimonial em Macapá, define em seu Art. 4º que “Fica Instituído o Livro do Tombo Municipal”, para a inscrição de bens de natureza material, mas sem citar suas classificações, e os “Livros de Registro de bens imateriais, apresentando uma livro a mais que os definidos pelo Iphan: o “Livro de Registro de Mestres de Artes e Ofícios, onde serão inscritos nomes das pessoas com notório e reconhecido saber específico, responsáveis pela confecção de artefatos, ofícios, artes e cerimônias”.

A patrimonialização deve seguir o trâmite disposto na forma da lei, o que nem sempre acontece, percebendo-se até mesmo tentativas de “atalhos” nesse processo. Além do fato de que, passados 16 anos da criação da lei patrimonial do estado do Amapá e 10 anos da lei do município de Macapá, a patrimonialização de bens em ambos é extremamente reduzida.

II OS PATRIMÔNIOS COMO INSTRUMENTOS DE CONEXÃO DO SUJEITO SOCIAL À SUA HISTÓRIA E À SUA COLETIVIDADE

Através do estudo da memória pode-se compreender não só o passado como também o comportamento de determinado grupo social, da mesma forma que a memória contribui para a formação e afirmação identitária. Nesse sentido, os patrimônios assumem papel fundamental no processo de construção do conhecimento histórico sobre a formação sociocultural dos grupos humanos e de integração do indivíduo a sua comunidade seja de forma espontânea ou compulsória. Por isso, os patrimônios não podem ser vistos como uma mera coleção de objetos e construções antigas. Eles têm a força de revelar lembranças do passado e produzir sentimentos cujo objetivo dever ser, sobretudo, explicar a realidade do tempo presente.

2.1 Os patrimônios como locais de memórias e formadores de identidades

Em sentido amplo ou restrito, os patrimônios são referências e testemunhas da trajetória histórica de uma sociedade, de grande importância pois, de acordo com Nora¹³, os chamados lugares de memória são instrumentos que estabelecem a conexão entre o presente e o passado e a continuidade e preservação sociocultural.

Embora sejam heranças de uma trajetória histórica e de uma construção cultural, Poulot afirma que

O patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica. Neste aspecto é que a história parece, com tamanha frequência, “morta”, no sentido corrente. Mas, ao contrário, o patrimônio é “vivo”, graças às profissões de fé e aos usos comemorativos que o acompanham.¹⁴

O patrimônio liga o indivíduo a suas raízes, estimula a memória e modela a identidade e, nesse sentido Nogueira afirma que “o conceito de patrimônio deve ser pensado em termos de uma prática social construída histórica e culturalmente em consonância com a busca de

¹³ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez, 1993.

¹⁴ POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação liberdade, 2009, p.12.

identidade e as demandas de ‘vontade de memória’ no tempo presente”.¹⁵ Entendimento ratificado por Pelegrini¹⁶, para quem o patrimônio cultural é espaço onde as memórias e as identidades se materializam.

No entender de Bérgson¹⁷, a memória é uma ferramenta de conservação do passado, sendo que esse passado só sobrevive por causa das lembranças evocadas no tempo presente. Dessa forma, um dos instrumentos que garante a persistência do passado é o patrimônio. A memória, seja compreendida como um fenômeno social, na concepção de Halbwachs¹⁸, ou como um mecanismo de imposição de valores e comportamentos, de acordo com Pollack¹⁹, seja individual ou coletiva, estabelece conectivos temporais não como uma reprodução do passado, mas como (re)construção que se faz a partir de uma problematização no presente. Mas, esse processo depende de referências, de representações simbólicas da história e da cultura, sendo que os patrimônios, nesse caso, funcionam como um potencializadores de imagens e esquemas do passado que se transformam em memórias que, por sua vez, (re)constroem as identidades.

Evidente que para o campo das Ciências Humanas o maior interesse é pela concepção de memória como um fenômeno social, histórico e coletivo. Seu estudo revela características diferentes no seu uso, dependendo das sociedades em análises, levando-se em consideração as formas de registro de sua historicidade, vindo desde a existência dos chamados “homens-memórias”, nas sociedades orais, e dos “arquivos de pedra”, nas sociedades com presença de escrita na Antiguidade”, passando pelos incrementos à memória coletiva, impulsionados pelo Cristianismo, na Idade Média, e pela maior busca por referências impressas no contexto renascentista, pelas ideias de patrimonialização de bens a partir da Revolução Francesa, até chegar à invenção da fotografia e à memória eletrônica, mais recentemente.

Esse longo processo de constituição da memória também envolve as questões do esquecimento e do silenciamento que vão interferir diretamente tanto na seleção e na proteção dos bens quanto nas formas de uso, estudo e divulgação dos patrimônios, incidindo consequentemente na relação identitária.

¹⁵ NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, Londrina, vol. 7, nº. 14: p. 45-67, jul/dez, 2014, p. 52.

¹⁶ PELEGRI, Sandra. Memórias e identidades: a patrimonialização e os usos do passado. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 87-115, dez. 2018.

¹⁷ BÉRGSON, Henri. **Matéria e memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Martins Fontes. São Paulo, 1999.

¹⁸ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice-Revista dos Tribunais, 1990.

¹⁹ POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio, **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol. 2. n. 1, 1989, p. 3-15.

Assim como acontece com o patrimônio e a memória, a identidade também tem muitos debates em torno de sua definição. Entretanto, importa-nos as concepções de identidade relacionada ao campo da cultura, segundo a visão de Hall²⁰, como expressão de sentimento de pertencimento a determinado grupo étnico, linguístico, religioso, nacional. Ciampa²¹ apresenta a identidade como sendo resultante da relação entre a história de vida do indivíduo, seus projetos e seu espaço de vivência. Dessa relação, ainda segundo o autor, surge uma “personagem”, ou seja, a vivência pessoal de um papel previamente definido pela cultura, fundamental na construção de identidades já que há diferentes maneiras de se estruturar essa personagem.

Isso leva para a compreensão da identidade como movimento e metamorfose, como produto da articulação entre igualdade e diferença, aproximando-se das argumentações de Hall²² sobre a identidade do sujeito pós-moderno, uma identidade não fixa pois é formada e transformada continuamente visto que o sujeito adere a identidades diversas, em diferentes contextos. A identidade se constrói, então, dentro de um processo de identificação/diferenciação onde a definição do “eu” se faz nas diferenças para com o “outro”.

A identidade cultural é tradicionalmente relacionada com a unicidade e a imutabilidade de um povo. Obviamente que isso é o que se apresenta como resultante de um enquadramento da memória, conceito sustentado por Pollack²³, para quem os patrimônios têm a função de nacionalizar e controlador a memória. Na contramão disso, os patrimônios podem ser um recurso identitário de grande importância social e que precisa contemplar a diversidade e a pluralidade cultural muito marcante no nosso país. Logo, segundo Nogueira, “o patrimônio deve ser pensado em termos de uma prática social construída histórica e culturalmente em consonância com a busca de identidade e as demandas de vontade de memória no tempo presente”.²⁴

O patrimônio, como elemento central da identidade, favorece ao sujeito o auto reconhecimento e o reconhecimento do sujeito por parte do todo social. Nesse sentido, tanto os patrimônios quanto a memória são dependentes da identidade, do sentimento e da prática de pertença.

²⁰ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11Ed. São Paulo: DP&A, 2006.

²¹ CIAMPA, A. C. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

²² HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Op. Cit.

²³ POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio, *Estudos Históricos*. Op. Cit.

²⁴ NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. *Antiteses*, Londrina, vol. 7, n°. 14: p. 45-67, jul/dez, 2014, p. 52.

2.2 Ensino de História Local por meio do uso de patrimônios

Estabelecer maior aproximação e conexão entre o currículo escolar e o cotidiano do estudante é uma necessidade que se impõe para que haja uma aprendizagem significativa, vista aqui com referência na Teoria da Aprendizagem Significativa (TAS) proposta por David Ausubel²⁵, para quem o conhecimento prévio é o fator que mais influencia a aprendizagem.

Com base nos argumentos de David Ausubel, Moreira salienta que

É importante reiterar que a aprendizagem significativa se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios e conhecimentos novos, e que essa interação é não literal e não arbitrária. Nesse processo, os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito e os conhecimentos prévios adquirem novos significados ou maior estabilidade cognitiva.²⁶

Então, a aprendizagem se dá dentro de um processo de junção de uma nova informação ou ideia com os conhecimentos já acumulados pelo estudante, resultando na ampliação e atualização de seus conhecimentos. Entretanto, é indispensável que o ensino se desenvolva com a utilização de recursos didáticos significativos, visando a estimulação do estudante para a aprendizagem.

No campo do ensino de História, as perspectivas da TAS vinculam-se ao trabalho com a história local, auxiliando o estudante a construir melhor compreensão do mundo em que vive, refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas.

Como recurso pedagógico, a história local permite abordar a realidade em que o estudante vive e atua, possibilitando a melhor percepção e compreensão da pluralidade cultural, pois o local é um lugar de sociabilidade, onde experiências individuais e coletivas ocorrem, favorecendo o diálogo entre passado, presente e futuro, assim como coloca frente a frente as mais diversas formas de expressões e manifestações culturais.

O enfoque no local e no ensino de sua história dá vida a memórias excluídas da chamada “história oficial” e, nesse processo, o estudo dos patrimônios é essencial, pois segundo Viana²⁷

O propósito do estabelecimento de relações entre o ensino de história local e o patrimônio cultural é reconhecer as diferenças nos processos históricos, sem confundir o orgulho do pertencimento a um dado lugar como manifestação de xenofobia ou separatismo. Assim, a relação entre memória e

²⁵ David Paul Ausubel (1918-2008 - EUA), especialista em Psicologia Educacional, para quem o conhecimento prévio do aluno é a chave para a aprendizagem significativa: quanto mais sabemos, mais aprendemos.

²⁶ MOREIRA, M. A. O que é afinal aprendizagem significativa? **Revista cultural La Laguna**, Espanha, 2012, p. 2. Disponível em: <<http://moreira.if.ufrgs.br/oqueefinal.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

²⁷ VIANA, José Ítalo Bezerra. **História local**. Sobral: INTA, 2016, p. 56.

o patrimônio deve ser pautada pelo objetivo da preservação das particularidades de cada lugar e de reconhecer as múltiplas influências que uma identidade cultural possui sobre outra, ressaltando as semelhanças e destacando as diferenças.

Dessa forma, realizar o ensino de história local com o uso de patrimônios favorece o desenvolvimento de uma aprendizagem significante e o protagonismo do estudante na elaboração de conhecimentos sobre as ações de seus antepassados e a modelação de sua própria identidade.

Sendo a identidade resultante de um processo de interação entre o indivíduo e seu mundo, um dos aspectos de grande relevância do ensino de história local é o desenvolvimento de uma postura investigativa, tendo como ponto de partida o cotidiano do estudante.

Schmidt²⁸ enfatiza que o conhecimento se constrói com base na experiência e, portanto, os conteúdos da história estão em todos os lugares. Então o local precisa ser problematizado a partir de um olhar indagador, para que seja percebido como um espaço de sociabilidade plural, que acumula mudanças e permanências, onde os patrimônios podem ter sentidos e usos diversos, o que favorece um diálogo mais crítico entre o presente e o passado.

A história local também tem sua historicidade dentro do ensino brasileiro e sofre críticas no campo historiográfico, por exemplo pela suposta falta de rigor metodológicos na visão de alguns. Mas, como recurso pedagógico ela ajuda o estudante a questionar o mundo em que vive, analisá-lo e compreendê-lo a partir de diversas fontes e linguagens, incentivando-o a criar compromissos com seu próprio tempo.

É evidente que, no ensino de história, não se pode tomar o local como absoluto e suficiente, pois ele não é explicado de modo isolado, nem em oposição ao nacional. Mas, por ele é possível reconhecer aspectos únicos de espaços e culturas não percebidos na história oficial, o que desvela que a ideia de que somente os grandes centros produzem conhecimento histórico não se sustenta.

Schmidt e Cainelli ressaltam que na aplicação do ensino de história local “não se pode esquecer de que, no atual processo de mundialização, é importante que a construção de identidade tenha marcos de referência relacionais, que devem ser conhecidos e situados, como o local, o nacional e o mundial”²⁹, embora a realidade local tenha em si parte dos fatores para

²⁸ SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O Ensino de História local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASparello, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Ensino de História: Sujeitos, Saberes e Práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007. p.187-198

²⁹ SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. In: **Revista História da Educação - RHE** Porto Alegre v. 16 n. 37 Maio/ago. 2012, p. 73-91, p.112.

sua própria explicação, ela também deve ser explicada na relação com outras localidades e mesmo com contextos históricos e socioculturais bem mais amplos.

2.3 Educação para o patrimônio: diversidade e protagonismo histórico social

Uma via importante para a realização do ensino de história local é a sua associação com a Educação Patrimonial. Se no Brasil a ideia de preservação de patrimônios surgiu por influência das práticas francesas, foi por inspiração da *heritage education* inglesa que a expressão “educação patrimonial” foi introduzida no país como uma metodologia, em 1983. E, somente a partir de 1996 é que foi produzido um “Guia Básico de Educação Patrimonial”, que se tornou o principal material de apoio para ações educativas realizadas pelo IPHAN.

Horta, Grunberg, e Monteiro, autoras do referido guia, compreendem a Educação Patrimonial como:

Um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da autoestima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.³⁰

A proposta desta metodologia sugere o envolvimento de vários saberes; não se limita apenas ao patrimônio, pois ao incutir a importância da preservação, automaticamente abordamos a cidadania, o respeito, o espírito de coletividade, ensinamos a interagir e posicionar-se em defesa da memória. Falar em Educação Patrimonial é envolver as pessoas num processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural.

Mas esse processo de “alfabetização cultural”, isto é o desenvolvimento da capacidade de reconhecimento da pluralidade cultural e da compreensão da própria identidade cultural, não pode ser limitado a um modelo único. A Educação Patrimonial precisa abranger uma variedade de ações e projetos com objetivos pedagógicos que atendam às demandas específicas, regionais e locais.

Analizando a trajetória da Educação Patrimonial praticada no Brasil, é possível perceber dois métodos distintos: um tradicional e outro transformador. No primeiro, segundo Rodrigues, os patrimônios funcionam como “uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou a ser, assim, uma construção

³⁰ HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999, p. 6.

social de extrema importância política”³¹. No segundo, de acordo com Demarchi³², o patrimônio serve como instrumento para que o sujeito assuma postura autônoma com percepção das contradições, reconhecendo a heterogeneidade e promovendo o diálogo como mecanismo de construção do conhecimento.

Scifoni³³ chama atenção para a necessidade de que se implementem projetos e ações com o envolvimento das comunidades, para que sejam atendidas suas demandas específicas. A meta é promover a construção de uma nova relação entre a comunidade local e seus bens, criando laços afetivos e possibilitando a apropriação social de conhecimento do qual o patrimônio é suporte.

A escola é um espaço privilegiado para se cultivar a proximidade das pessoas para com os bens históricos e culturais que fazem parte do seu cotidiano. Por meio do uso dos patrimônios como recursos de ensino é possível aliar o ensino de história local com educação patrimonial. Porém, essa prática não deve se pautar na ideia de uma “alfabetização patrimonial”, mas sim na perspectiva de uma “educação para o patrimônio”.

Quando se trata de patrimônios a concepção de alfabetização não é razoável, pois expressa a sentido de um analfabetismo cultural. Acerca dessa questão Demarchi indaga:

Ora, se as comunidades, nas suas singularidades, expressam-se conforme sua complexa estrutura de compreensão da realidade, constituindo sua cultura, e, portanto, leem essa cultura a partir da mesma estrutura, como podem ser consideradas analfabetas culturais? Só incorrendo na invasão cultural.³⁴

Nesta mesma abordagem o autor salienta que a prática da educação patrimonial, como uma alfabetização, desconsidera o sujeito social como capaz de desenvolver seu próprio entendimento sobre o mundo.

Observando as atividades desenvolvidas nos locais tombados como patrimônio de Macapá, é possível destacar a Fortaleza de São José e o Museu Sacaca, pois são os mais usados por professores. Nessa utilização é muito comum o uso da perspectiva da alfabetização ou instrução patrimonial, através da apresentação desses bens por parte dos guias, deixando a impressão de que suas falas são transmissoras de todo e verdadeiro conhecimento necessário

³¹ RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI. P. P. e PINSKY, J. (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-24, p. 15.

³² DEMARCHI, João Lorandi. **Perspectivas para atuação em educação patrimonial**. Revista CPC, São Paulo, n.22, p.267-291, jul./dez. 2016.

³³ SCIFONI, Simone. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Atila B. **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan-PB, 2012. p.30-37.

³⁴ DEMARCHI, João Lorandi. O que é, afinal, a educação patrimonial? Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. Rev. CPC, v.13, n.25, p.140–162, jan./set. 2018, p. 151.

aos estudantes. Essa prática, portanto, desconsidera as experiências e conhecimentos do alunado, assim como não permite a interatividade para com o patrimônio, mantendo o relativo distanciamento entre indivíduo e sua própria história por não conseguir enxergar esses bens como elementos significativos e positivos de sua identidade sociocultural.

Para ressignificar o uso dos patrimônios como recurso de ensino de história local é adequado pensar na premissa da educação para o patrimônio, uma abordagem que busca integrar diferentes percepções sobre um mesmo objeto de análise, nesse caso os bens históricos e culturais, materiais e imateriais.

Denise Grinsepum foi uma das primeiras a formular novas proposições para o desenvolvimento de uma Educação para o Patrimônio, ao dissertar sobre o papel social dos museus, e outros bens, na formação de públicos, em associação com as escolas.

A autora afirma que:

Para contemplar as práticas educacionais de museus de quaisquer natureza, poderíamos pensar no conceito de “Educação para o Patrimônio”, que pode ser entendido como formas de mediação que propiciam aos diversos públicos a possibilidade de interpretar objetos de coleções dos museus, do ambiente natural ou edificado, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer a cidadania e a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar patrimônios com excelência e igualdade.³⁵

A definição apresentada por Grinsepum quebra o paradigma da alfabetização patrimonial no sentido de romper com a prática de (re)conhecimento contemplativo dos bens históricos e culturais, estimulando um “processo de sensibilização para que outras pessoas possam se relacionar com a cidade, identificando seus patrimônios de forma crítica, refletindo acerca dos significados que marcam muitos momentos da história de nossas cidades”.³⁶

Sendo a sociedade um conjunto culturalmente heterogêneo, os bens históricos e culturais devem ser explorados dentro do princípio da diversidade, com base na concepção dessa educação para o patrimônio através da qual os estudantes, que fazem parte de grupos sociais diferentes, serão incentivados a se perceberem como sujeitos ativos, produtores e protagonistas da cultura, de tal forma que os conhecimentos e significados relativos aos bens patrimoniais serão construídos de forma coletiva e dialógica.

³⁵ GRISPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio**: Museu de Arte e escola - responsabilidade compartilhada na formação de públicos. Tese em Educação. São Paulo: USP, 2000, p. 30.

³⁶ PINHEIRO Adson Rodrigo S. e SIQUEIRA, Graciele. **Instrumentos possíveis para uma intervenção nas cidades** - Parte I. Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio (Fascículo 11). Fortaleza, CE: Fundação Demócrata Rocha, 2019, p. 164. (curso realizado pelo mestrando)

Conhecer a história local problematizando o tempo presente e usar os patrimônios como fontes de informações sobre o passado histórico, possibilita a professores e estudantes o reconhecimento da diversidade presente no campo sociocultural, as contribuições dos seus ancestrais na formação da sociedade local, bem como fortalecer princípios de cidadania para proteger os bens históricos e culturais com os quais terão laços de identidade.

III FORTALEZA DE SÃO JOSÉ: elo entre história, memórias e identidades amapaenses

3.1 A Fortaleza de São José como recurso de ensino e aprendizagem

A escolha da Fortaleza de São José como objeto deste Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM) se justifica por ser o monumento histórico que melhor agrupa os princípios do ensino de história local e da educação para o patrimônio, por ser espaço de interação e vivência dos três grupos matrizes da sociedade amapaense, e por se tratar do único bem material tombado pelo Iphan na cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, além de estar relacionado a bens imateriais das culturas negra e indígena registradas pela mesma instituição patrimonial, no caso o Marabaixo e a Arte Kusiwa dos Waiãpi³⁷, respectivamente.

O conjunto dos “trabalhadores da pedra”, como aponta Camilo (2009)³⁸, era composto por portugueses, indígenas e africanos atuando como mão de obra livre, servil e escrava na construção da Fortaleza, ao mesmo tempo em que contribuíam para a formação sociocultural amapaense. Entretanto a atuação desses grupos não deve ser tomada, no âmbito ensino, dentro de uma perspectiva hierárquica e etnocêntrica.

Ao trazer a Fortaleza de São José para o campo do ensino de história local é necessário que se problematize o seu contexto histórico e a atuação dos agentes sociais, para que seja possível perceber os protagonismos, não só dos colonizadores, mas também de indígenas e negros na construção desse monumento e da identidade amapaense.

Levando em consideração a marcante mestiçagem local, não é correto desenvolver um processo ensino-aprendizagem onde os argumentos sejam construídos com base na forte desvalorização das ancestralidades da clientela de estudantes, isto é, onde indígenas e negros, maiores tributários da sociedade local, sejam apresentados apenas como subalternos no processo histórico.

³⁷ Embora a Arte kusiwa, uma técnica de pintura e arte gráfica produzida pelos Waiãpi do Amapá seja um bem imaterial registrado pelo Iphan, é com o “mito de Mairi” que esse povo estabelece direta conexão com a Fortaleza de São de Macapá.

³⁸ CAMILO, Janaina. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)** – Dissertação (mestrado). Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

Ao lançar um olhar crítico sobre a Fortaleza de São José de Macapá é possível compreender que, assim como ela teve um simbolismo muito específico dentro da história do Brasil colonial, como marco do poderio português, ela também tem grande valor histórico-cultural para as populações locais, devido às conexões entre os diferentes grupos sociais e a fortificação, não devendo ser apreendida, portanto, apenas como lugar de sofrimento pelo trabalho compulsório, mas como uma referência de contribuição de conhecimentos e de tradições culturais marcantes no estado do Amapá, tanto de origem portuguesa quanto de origens indígenas e negras.

Porém, para atender minimamente essa expectativa, é preciso a tomada decisão dos professores de redimensionar a abordagem historiográfica, e também a disponibilidade de referencial e recursos de ensino que incentivem o estudo reflexivo sobre a Fortaleza de São José de Macapá no âmbito da educação escolar. Dessa forma, o material didático deve, primeiramente, contemplar o objeto e ser utilizado de maneira crítico-reflexiva para quebrar a dominância do paradigma tradicional que inferioriza as camadas não detentoras do poder no contexto histórico.

Contudo, os livros didáticos oferecidos para as escolas públicas partem de um programa nacional, no qual os interesses regionais e locais, especialmente os do norte do país, ficam geralmente excluídos. De igual forma, a produção didática local é muito escassa, e quase sempre os patrimônios não são tão aproveitados como recursos de ensino na maior parte das escolas amapaenses.

Essa demanda vinha sendo relativamente contemplada com a criação do componente curricular Estudos Amapaenses e Amazônicas, criado no ano de 2015, o que levou a uma maior transposição didática de produções acadêmicas sobre a história local, com a elaboração de apostilados por parte de professores de história e geografia, mas com o ideal de abordagem globalizante da historicidade amapaense, sem aprofundar um pouco mais os temas específicos.

Com a promulgação das novas Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC), esse componente curricular foi extinto no referencial curricular amapaense, levando à inserção de pouquíssimos objetos de estudo da história local no currículo de ensino de História, dominado pelos temas nacionais e internacionais.

Por tudo isso é que esse TCM se volta para a criação de um recurso que sirva como suporte e referência para o ensino de história e cultura amapaense, em aliança com a educação voltada para o patrimônio, tendo como objeto central a Fortaleza de São José de Macapá que,

embora não seja o patrimônio mais antigo³⁹, é o que melhor une os diferentes segmentos sociais, sendo guardião de antigas memórias e espaço de criação de novas, além de referencial de diversas identidades que revelam a diversidade do que pode significar ser amapaense.

3.2 Estruturação e uso didático do produto

O “produto” apresentado neste Trabalho de Conclusão de Mestrado (TCM) é um livro paradidático, um recurso de ensino que se caracteriza pela abordagem mais detalhada e aprofundada de alguns conteúdos, geralmente tratados de maneira superficial nos livros didáticos. Muito raramente a Fortaleza de São José tem sido apresentada nos livros didáticos de história inseridos no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) voltados para o 6º ao 9º anos. Das coleções apresentadas pelo PNLD, a partir de 2017, o monumento foi apresentado apenas como objeto de atividade relacionada ao tema “tempo e patrimônio histórico”, no volume do 6º ano, na coleção “Estudar história: das origens do homem à era digital”⁴⁰, de Patrícia Ramos Braick, pela Editora Moderna.

No que tange às obras didáticas de história local e regional, os professores dos anos finais do Ensino Fundamental fazem maior uso dos livros “Amapá - vivendo nossa história”⁴¹, de Marcelo Soares e Maria Emilia Rodrigues, embora seja uma obra voltada para o 4º e o 5º anos lançada no PNLD, em volume único, para o período de 2013 a 2015. Outro livro de maior uso por parte dos professores de história do 6º ao 9º anos é “Conhecendo o Amapá”⁴², de autoria de Manoel Pinto, publicado em volume único no ano de 2016.

Dessa forma, o livro produto deste TCM foi idealizado para ser um recurso de ensino de história local, com enfoque em patrimônios, para os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos), apresentando um estudo biográfico da Fortaleza de São José estruturado em cinco capítulos. Este produto é destinado ao uso por parte tanto de professores quanto de estudantes. O capítulo 5 apresenta um conjunto de propostas de apropriação didática da Fortaleza por professores de todos os componentes curriculares deste segmento de ensino.

O paradidático foi estruturado em capítulos com relativa independência entre si, cada um podendo ser usado individualmente. Eles abordam os marcos temporais da historicidade da Fortaleza, os aspectos socioculturais do monumento e suas características arquitetônicas.

³⁹ O monumento mais antigo da cidade de Macapá é a Igreja de São José de Macapá, inaugurada em 6 de março de 1761, sendo a Fortaleza de São José o 2º monumento em antiguidade, inaugurada em 19 de março de 1782.

⁴⁰ BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar história:** das origens do homem à era digital. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2015 (Obra em 4v. para alunos do 6º ao 9º ano).

⁴¹ SOARES, Marcelo André e RODRIGUES, Maria Emilia Brito. **Amapá:** vivendo nossa história (história regional) 4. Ou 5. ano. 2 ed. Curitiba, PR: Base Cultural, 2011.

⁴² PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **Conhecendo o Amapá** (Ensino Fundamental – História, Geografia e Estudos Amapaenses e Amazônicos). 1 ed. Belém, PA: Cultural Brasil, 2016.

O capítulo 1 aborda a Fortaleza no tempo presente, mostrando como esse monumento se tornou o maior patrimônio do estado do Amapá, com projeção nacional e internacional.

O primeiro aspecto abordado neste capítulo é o grande destaque que a Fortaleza detém como referência para se conhecer mais a fundo a história amapaense, graças a sua localização privilegiada presente no cotidiano de grande parte da sociedade local.

Por estar estreitamente relacionada às origens históricas do estado do Amapá, esse monumento guarda a memória dos grupos étnicos que atuaram na sua construção e na formação sociocultural amapaense. Dessa forma, o 1º capítulo traz uma abordagem específica da Fortaleza como elemento fundamental das identidades indígenas, especialmente a dos Waiãpi, com destaque à incorporação dessa fortificação nos mitos explicativos de suas origens enquanto sociedade humana.

De igual forma, aborda-se a importância da Fortaleza para a constituição cultural afro-amapaense por ser o lugar de memória de destaque na resistência contra a escravidão em Macapá, e espaço de referência para o fortalecimento da negritude revelada através do Batuque e do Marabaixo, as duas formas de expressão da cultura e da história negra de maior destaque no estado do Amapá.

A Fortaleza está muito presente no dia a dia da sociedade amapaense, sendo possível afirmar que todos os grupos sociais têm ligação com esse monumento, fazendo dele um patrimônio cuja iconografia e nome são visualizados em símbolos cívicos e em logomarcas das mais diversas instituições, além de abrigar diferentes atividades políticas e socioculturais. No final do 1º capítulo a Fortaleza é apresentada como o principal ícone da amapalidade, com a qual os diversos grupos se articulam para fortalecer antigas e criar novas memórias.

Os capítulos seguintes fazem um apanhado histórico de como se deu esse processo de transformação simbólica da Fortaleza, de um elemento representante de poder para um patrimônio das diversas categorias sociais amapaenses. No 2º capítulo apresentamos o contexto de inserção da Amazônia no empreendimento colonizador europeu, cenário onde as fortificações militares tornaram-se instrumentos fundamentais para marcar não só a presença de cada país colonizador, mas também para garantir a implementação de atividades de interesse econômico.

A partir de uma visão macro acerca da política de fortificação do Brasil colonial é lançado um olhar sobre os tipos e características das construções militares erguidas não só por portugueses, mas também por ingleses franceses e holandeses, para fazer uma abordagem específica sobre a construção de uma rede de fortificações portuguesas na Amazônia, com destaque para 12 fortés e fortalezas indispensáveis para consolidar a colonização lusitana na

região, assegurando a permanência de soldados, colonos e missionários, além de facilitar o desenvolvimento de atividades extrativas e de caráter agropastoril.

O 3º capítulo enfoca especificamente a construção da Fortaleza de São José, destacando os aspectos históricos que impuseram sua edificação, passando pelas especificidades arquitetônicas com a influência Vauban, e a apresentação de sua estrutura física, em sua projeção original, mostrando os elementos internos e externos que fazem dela a maior fortificação portuguesa do Brasil colonial.

Nesse capítulo ainda são apresentadas as condições geográficas e climáticas do vale amazônico que facilitaram, em certos aspectos, a construção da Fortaleza, ressaltando a disponibilidade de pedras para erguer as suas muralhas. Mas também são destacadas condições que causaram dificuldades, como as doenças tropicais e as fortes chuvas que atrasavam a obra.

Apresenta também a caracterização dos grupos humanos envolvidos no processo de edificação da Fortaleza, salientando as condições de vida e de trabalho e as ações desenvolvidas por indígenas, africanos e portugueses na construção desse monumento histórico.

Concluindo esse panorama histórico, o 4º capítulo desvela a historicidade da Fortaleza nas diferentes etapas da história do Amapá, mostrando uma alternância entre ocupação e abandono mesmo no Período Colonial, adentrando ainda os períodos Imperial e Republicano.

Essa experiência de abandono e subutilização somente cessou com o advento do Território Federal do Amapá e o governo de Janary Nunes, que estabeleceu ações de recuperação física e institucionalização simbólica da Fortaleza, o que resultou no seu tombamento no ano de 1950, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Mas, foi somente após a transformação do Território Federal do Amapá em estado que a Fortaleza conheceu ações mais significativas de restauração e utilização de acordo com a política patrimonial, passando inclusive por prospecções arqueológicas, que embasaram sua restauração monumental, além da readequação física da sua área externa, inserindo a antiga fortificação no cenário urbanístico mais moderno de Macapá.

Finalmente, o 5º capítulo apresenta um conjunto de possibilidades de uso didático da Fortaleza por parte de professores do 6º ao 9º anos com base no que preconizam as Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC), em relação à valorização e a utilização não só dos conhecimentos adquiridos como também dos elementos materiais e imateriais que compõem os espaços de vivência sociocultural dos estudantes. Dessa forma, ressalta-se a importância do

uso da Fortaleza para tornar o aprendizado mais significativo, ao mesmo tempo em que o estudante constrói uma educação para o patrimônio, fortalecendo tanto o senso de pertencimento e proteção dos bens, quanto o reconhecimento e a valorização da diversidade sociocultural e dos diferentes protagonismos na construção da história da sociedade em que vive.

Portanto, seguindo as diretrizes propostas pela BNCC, são apresentadas sugestões de atividades pedagógicas para cada componente curricular, agrupados em suas respectivas áreas específicas de conhecimento, tendo como proposta geral o uso da Fortaleza como recurso de ensino e de aprendizagem, até mesmo numa perspectiva interdisciplinar, acompanhada de indicações de referências historiográficas, literárias, artísticas e audiovisuais, além de fotografias atualizadas do monumento para auxiliar o planejamento das aulas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Cécile & DODEBEI, Vera. **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015, p. 67-93.
- BÉRGSON, Henri. **Matéria e memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Martins Fontes. São Paulo, 1999.
- BRAICK, Patrícia Ramos. **Estudar história**: das origens do homem à era digital. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2015 (Obra em 4v. para alunos do 6º ao 9º ano).
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Ed. do Senado, 1988.
- CAMILO, Janaina. **Homens e pedras no desenho das fronteiras**: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782) – Dissertação (mestrado). Campinas, SP: UNICAMP, 2003.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2001.
- CIAMPA, A. C. **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- DEMARCHI, João Lorandi. **Perspectivas para atuação em educação patrimonial**. Revista CPC, São Paulo, n.22, p.267-291, jul./dez. 2016.
- _____, João Lorandi. O que é, afinal, a educação patrimonial? Uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. Rev. CPC, v.13, n.25, p.140–162, jan./set. 2018.

FIGUEIRA, Cristina Reis & MIRANDA, Lílian Lisboa. **Educação patrimonial no ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental:** conceitos e práticas. São Paulo: Edições SM, 2012.

GOMES, Leandro Eustáquio. (Des)Caminhos da patrimonialização: da cultura ao patrimônio. **Patrimônio e Memória**, Assis, SP, v. 15, n. 2, p. 471-484, jul./dez. 2019.

GRISPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio:** Museu de Arte e escola - responsabilidade compartilhada na formação de públicos. Tese em Educação. São Paulo: USP, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice-Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11Ed. São Paulo: DP&A, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambientes de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.

MENDES, António Rosa. **O que é património cultural.** Olhão: Gente Singular, 2012.

MOREIRA, M. A. O que é afinal aprendizagem significativa? **Revista cultural La Laguna**, Espanha, 2012, p. 2. Disponível em: <<http://moreira.if.ufrgs.br/oqueafinal.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, Londrina, vol. 7, nº. 14: p. 45-67, jul/dez, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez, 1993.

PELEGRINI, Sandra. Memórias e identidades: a patrimonialização e os usos do passado. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 87-115, dez. 2018.

PINHEIRO Adson Rodrigo S. e SIQUEIRA, Graciele. **Instrumentos possíveis para uma intervenção nas cidades - Parte I.** Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio (Fascículo 11). Fortaleza, CE: Fundação Demócrito Rocha, 2019.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **Conhecendo o Amapá** (Ensino Fundamental – História, Geografia e Estudos Amapaenses e Amazônicos). 1 ed. Belém, PA: Cultural Brasil, 2016.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Vol. 2. n. 1, 1989, p. 3-15.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação liberdade, 2009.

REIS, Daniel. **Cidade (i)material**: museografias do patrimônio cultural no espaço urbano. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2015.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI. P. P. e PINSKY, J. (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 15-24.

SANTOS, Cecilia Rodrigues dos. O patrimônio de Mário de Andrade: tirando o pedregulho da botina para não manquejar. **Rev. CPC**, v.13, n.25 especial, p.11–47, jan./set. 2018.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. O Ensino de História local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASparello, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **Ensino de História: Sujeitos, Saberes e Práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007. p.187-198

_____, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização. In: **Revista História da Educação - RHE** Porto Alegre v. 16 n. 37 Maio/ago. 2012, p. 73-91.

SCIFONI, Simone. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Atila B. **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do Iphan-PB, 2012. p.30-37.

SOARES, Marcelo André e RODRIGUES, Maria Emília Brito. **Amapá**: vivendo nossa história (história regional) 4. Ou 5. ano. 2 ed. Curitiba, PR: Base Cultural, 2011.

VENEGAS MARCELO, H. (2013). A noção de patrimônio no Brasil Império. **PASOS Revista De Turismo Y Patrimônio Cultural**, 11(1), 135-146.

VIANA, José Ítalo Bezerra. **História local**. Sobral: INTA, 2016.